

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA

DENILSON FERNANDES REIS

**REUNI E AS IFES DO SUL DE MINAS GERAIS: UM PANORAMA DE
2001 A 2020**

Varginha-Mg
2022

DENILSON FERNANDES REIS

**REUNI E AS IFES DO SUL DE MINAS GERAIS: UM PANORAMA DE
2001 A 2020**

Trabalho de conclusão de Piepex
apresentado ao Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal de Alfenas
como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Ciência e
Economia.

Orientadora: Prof. Dra. Ana
Carolina Guerra

Varginha- MG

**REUNI E AS IFES DO SUL DE MINAS GERAIS: UM PANORAMA DE
2001 A 2020**

A banca examinadora abaixo assinada, aprova o Trabalho de Conclusão de Piepex como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha. Área de concentração: Administração Pública

Aprovada em: 26 de Agosto de 2022

Prof.^a Ana Carolina Guerra
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:

Prof.^o Dimitri Augusto Da cunha Toledo
Instituição: Universidade Federal De Alfenas

Assinatura:

Prof.^o Paulo Roberto Rodrigues de Souza
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Assinatura:

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o impacto do REUNI no acesso ao ensino superior e sua

reestruturação, nas Universidades Federais do Sul de Minas Gerais, especificamente a Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) e a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), no período de 2001 a 2020, para vislumbrar o cenário das IFES antes, durante e depois da política pública. Com a utilização de métodos quantitativos e uma pesquisa documental, com dados coletados no Censo da Educação Superior, foram observadas as variáveis vagas ofertadas; vagas preenchidas (matrículas); número de cursos; número de campi; corpo docente e técnicos(as) administrativos. A literatura estudada pontua que o REUNI foi um fator determinante na expansão do ensino superior, o que contribuiu para o processo de democratização do ensino no país. Os resultados evidenciaram a influência do REUNI na expansão e democratização do ensino superior no Brasil, com as três universidades observadas situadas no sul de Minas Gerais beneficiadas pela política pública em todas as variáveis observadas, apesar de quedas em todas as variáveis (exceto número de cursos) nos últimos anos devido aos recentes cortes orçamentários. O estudo apresenta defasagem nos dados dos anos de 2002, 2015 e 2016, divergências de informações em fontes distintas. Por fim, recomenda a busca pelos anos defasados, a checagem das informações divergentes e estudos com cortes temporais ainda mais amplos.

SUMÁRIO

1. Introdução	6
2- A educação superior no Brasil: histórias, relações e implicações sociais	8
2.1 Processo de implantação do Reuni	10
3. Metodologia	14
4. Resultados e discussão	15
4.1 Vagas ofertadas e vagas preenchidas	16
4.2 Número de cursos	18
4.3 Número de campi	22
4.4 Corpo docente e técnicos(as) administrativos	22
5. Considerações finais	25
6- Referências bibliográficas	28

1. Introdução

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais (REUNI) surgiu com o objetivo de ampliar e reestruturar as Universidades Federais presentes em todo o país. O programa, iniciado em 2007, visa trazer um aumento no número de vagas de entrada ao ensino superior através da reestruturação de campi já existentes e da criação de campi avançados. Segundo (Zambello, 2013), do ponto de vista quantitativo, o REUNI foi responsável pelo aumento do número de vagas, campi e cursos, além de ter proporcionado um espalhamento das IFES pelo Brasil, aumentando a cobertura do ensino público superior no país. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo: analisar o impacto do REUNI no acesso ao ensino superior e sua reestruturação, nas Universidades Federais do Sul de Minas Gerais, no período de 2001 a 2020. Especificamente, o estudo observa, durante o corte temporal, as variações referentes às vagas ofertadas; vagas preenchidas (matrículas); número de cursos; número de campi; corpo docente e técnicos(as) administrativos. Para atingir esse objetivo, optou-se metodologicamente por utilizar um método quantitativo. O horizonte temporal escolhido para análise compreende o período de 20 anos, possibilitando um comparativo da realidade de antes, durante e depois da implementação do programa. O trabalho observa, especificamente a Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) e a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), escolha esta, feita por razões de proximidade regional. Nessa perspectiva, o foco deste trabalho é apresentar através de dados secundários extraídos do Ministério da Educação e dos sites das universidades que serão analisadas, qual o impacto do REUNI na democratização do ensino superior na região do Sul de Minas Gerais através do processo de expansão e reestruturação. É de suma importância, estudos que apresentem dados acerca desse processo de democratização do ensino superior nas IFES da região, pois a educação superior é uma ferramenta multicontextual de grande impacto na mobilidade social ascendente e também na diminuição da desigualdade. Segundo estudo realizado por Marginson (2017) que abrange diversos países e realidades distintas, aponta que o impacto do ensino superior na mobilidade social pode ser maximizado sob determinadas condições (MARGINSON, 2017). Uma das condições citadas por Marginson (2017) é o fato do financiamento ser, em grande parte, feito pelo Estado, o que permite que haja a diminuição na desigualdade, de modo que esses indivíduos não necessitem utilizar seus próprios recursos. Esses recursos desiguais podem proporcionar um certo nível de desvantagem quando se coloca em um mesmo lugar um indivíduo de pouco recursos diante de um indivíduo abastado, sendo assim, o financiamento por parte do poder público tende a diminuir essa disparidade entre os sujeitos, os colocando em situação menos desigual. Segundo Pitombeira (2020), estatísticas apontam a gravidade da questão social brasileira, onde o empobrecimento da população vem

aumentando e as desigualdades acarretadas pela concentração de renda por parte dos mais ricos. De maneira confluyente, Martins *et al.*, (2016) apontam os efeitos múltiplos da educação,

[...] a dimensão educativa tem efeitos importantes na mobilidade social, nas inserções profissionais e na distribuição dos recursos. Escolaridades mais elevadas conduzem a maiores oportunidades médias de acesso a profissões mais qualificadas e a rendimentos também mais elevados. Essa é uma tônica visível em todos os países europeus (p. 280).

Os estudos desenvolvidos por Marginson podem ser aplicados à realidade brasileira. Pois em estudo anterior, Rota Junior (2013) aponta que as políticas públicas de apoio à educação superior em certo momento proporcionaram uma democratização e uma expansão do nível de escolaridade das classes mais baixas. Nesse sentido, o REUNI pode ser considerado um dos programas de apoio à educação pública de nível superior de maior expressão no cenário nacional nos últimos 20 anos.

Estruturalmente, o trabalho conta com, além desta introdução, um referencial teórico tocante à educação superior e ao REUNI, seguidamente das etapas metodológicas, resultados e discussão, e por fim, as considerações finais, limitações e possibilidades futuras.

2- A educação superior no Brasil: histórias, relações e implicações sociais

A educação superior no Brasil tem início no Brasil colônia, onde estas eram impedidas de desenvolverem atividades educacionais de nível superior, com exceção das que eram oferecidas pelos Jesuítas, como teologia e filosofia (OLIVEIRA, 2018). Somente com a chegada da Família Real em 1808 que houve uma mudança nesse quadro, onde o ensino superior passa a existir de um modo formal, período onde foram criados os cursos de engenharia, medicina e belas artes (DURHAM, 2003). Esses cursos eram financiados pelo Império através do Quinto da Coroa, um imposto de 20% cobrado sobre todo ouro extraído e registrado pelas casas de fundição. Saviani (2010) discorre sobre:

Os cursos superiores propriamente ditos começaram a ser instalados no Brasil a partir de 1808 com a chegada de D. João VI. Surgiram, então, os cursos de engenharia da Academia Real da Marinha (1808) e da Academia Real Militar (1810), o Curso de Cirurgia da Bahia (1808), de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (1808), de Medicina (1809), também no Rio de Janeiro, de Economia (1808), de Agricultura (1812), de Química (química industrial, geologia e mineralogia), em 1817 e o Curso de Desenho Técnico (1818). Vê-se que se tratava

de cursos superiores isolados, isto é, não articulados no âmbito de universidades. (SAVIANI, 2010, p.5)

Apesar das falhas tentativas de implantação de universidades no Brasil Colonial no século XIX, foi somente no século XX que as primeiras universidades brasileiras surgiram. Em 1909 foi criada a Universidade de Manaus, que conforme afirma Vasconcelos (2010), só existiu durante três anos. Em 1920 surge a Universidade do Rio de Janeiro, a partir da junção de três faculdades: direito, medicina e engenharia (FINGER, 1997; BOAS, 2004; OLIVEN, 2005), que posteriormente foi chamada de Universidade do Brasil e atualmente é conhecida como Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como citado por Oliven (2002), a UNB é a primeira universidade brasileira que não foi criada através da junção de faculdades já existentes, como aconteceu com a Universidade Federal do Rio de Janeiro supracitada.

Segundo Neves (2012), a educação superior no Brasil é composta por dois tipos de instituições: públicas e privadas, sendo as públicas subdivididas em instituições federais, estaduais e municipais, mantidas pelos seus respectivos poderes. As IES de caráter público tem a comum característica de oferecer ensino gratuito para todos os alunos. É possível, ainda, dividir as IES em centros tecnológicos, faculdades e universidades, sendo as duas últimas as mais relevantes. Nas universidades é obrigatória a presença indissociável dos pilares do ensino superior: o ensino, a pesquisa e a extensão. Já nas faculdades, mesmo que existam, não há a obrigatoriedade de forma indissociável.

A manutenção das IES no setor privado, depende quase que exclusivamente da cobrança de mensalidades, anuidades e taxas oferecidas pelas diferentes modalidades de cursos oferecidos, (graduação, pós graduação, mestrado e doutorado).

As IES de caráter privado têm em sua composição as instituições confessionais, filantrópicas, particulares e comunitárias. As IES comunitárias, filantrópicas e confessionais são instituições geridas por mantenedoras sem quaisquer fins lucrativos, enquanto as IES particulares podem estar ligadas à mantenedoras com fins lucrativos estritos, ou podem estar vinculadas a mantenedoras sem fins lucrativos, mas, não se encaixam no caráter filantrópico.

O financiamento público para manter as instituições públicas no Brasil é regulamentado pela lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional que diz: Art. 54º. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. (BRASIL, 1996). A lei define que o governo federal investirá

no ensino superior nunca menos de 18% das receitas arrecadadas com impostos, e os estados e municípios nunca menos do que 25%.

Quanto à questão socioeconômica dos ingressantes no ensino superior brasileiro, Freitas (2018) aponta,

[...] na análise da realidade do Brasil, em relação à renda familiar dos estudantes que frequentam o Ensino Superior, tomando como referência os resultados do questionário do ENADE para os anos de 2014, 2015 e 2016, nas três áreas do conhecimento analisadas, verifica-se que a parte majoritária dos estudantes que frequentam o Ensino Superior no Brasil tem renda de até 4,5 salários mínimos (60,26%), (p. 101).

Além da desigualdade econômica supracitada, existe também a questão racial. Entende-se que a proporção entre brancos e não brancos dentro das IES do país é desproporcional levando em consideração essa mesma comparação feita com a população total do país. As desvantagens dos(as) estudantes negros(as) em relação aos(as) brancos(as) crescem a partir do ensino médio e chegam ao ápice no ensino superior e pós-graduação (Charão, 2011; Paixão et al., 2010).

Em movimento constante, a composição racial dos estudantes muda de modo significativo. Se antes os negros representavam apenas 22% dos estudantes de nível superior, em 2015 essa participação alcançou aproximadamente 44% (SILVA, 2020). Segundo Artes (2021), o perfil dos estudantes que acessam o ensino superior brasileiros têm mudado bastante na última década. Quando tratamos da questão racial, a presença de negros tem sido cada vez maior, mas ainda muito distante do justo considerando a sua participação na população brasileira. Essa mudança pode ser vista como resultado da Lei nº 12.711/2012 que trata das políticas de cotas para as instituições federais de ensino superior. As cotas visam a acabar com a desigualdade racial e o racismo estrutural resultantes de anos de escravidão no Brasil, que ainda excluem pessoas negras e indígenas da universidade, do mercado de trabalho e dos espaços públicos. No atual sistema de ações afirmativas para ingresso em universidades e institutos federais de ensino, 50% das vagas devem ser destinadas a pessoas oriundas de escolas públicas.

Quanto a questões de gênero, é possível verificar que, desde 1995 existe uma predominância feminina na quantidade de vagas ocupadas no ensino superior brasileiro (GISI 2006). Os dados do Censo de Educação Superior de 2019 ainda demonstram esta predominância, onde a proporção de mulheres matriculadas é de aproximadamente 56%, e em números absolutos são 3.430.115 mulheres e 2.723.445 homens matriculados em cursos de

graduação presenciais.

2.1 Processo de implantação do Reuni

Ampliar as formas de acesso dos(as) estudantes e garantir a permanência deles nos cursos, até a formatura, são dois dos maiores desafios do ensino superior público no Brasil. Esse problema afeta, sobretudo, os estudantes de famílias de baixa renda. No Brasil, em 2017, segundo o Censo da Educação Superior do Inep, 4,2 milhões de jovens entre 18 e 24 anos estavam na universidade (18% do total) (MORENO, 2019), e quando se compara essa porcentagem com outros países, evidencia-se então a necessidade e urgência de programas que visem a expansão de vagas e a permanência dos estudantes nas IFES. Relatos do início o século XXI de Graciano e Haddad (2004), na Argentina, esse percentual estava próximo de 40% e também era elevado em outros países: Alemanha (50%), França (60%), EUA (80%) e Canadá (quase 90%).

Através da observância dos dados, percebe-se então a necessidade de construir ações afirmativas que possibilitem a redução das desigualdades existentes em relação ao acesso dos(as) jovens pertencentes às camadas mais pobres ao ensino superior. Em busca de diminuir essa desigualdade e ampliar a possibilidade desses jovens ingressarem nas universidades, surgem diversas ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Uma dessas ações é o REUNI, que tem como objetivos principais a ampliação de vagas e auxílio à permanência dos ingressos nas IFES.

O Programa de apoio a Planos de Reestruturação, e Expansão das Universidades Federais (REUNI), é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social (MEC, 2009). Ele surge com a intenção de ampliar a quantidade de vagas existentes no ensino superior, como também diminuir a taxa de evasão através de programas de assistência estudantil voltadas para a permanência e assim como consequência elevar o número de concluintes dos cursos de graduação. O REUNI foi instituído através do decreto nº 6.096/2007, onde foram estabelecidas medidas que permitiam que as universidades ampliassem tanto o acesso quanto a permanência na educação superior. Para a implantação do programa, foram analisadas as condições pré existentes nas universidades, como pessoal e infraestrutura, bem como os incrementos a serem feitos para que as metas do programa fossem cumpridas.

As diretrizes do programa buscavam ampliar a Educação Superior pública, promover a reestruturação acadêmica curricular, a renovação pedagógica, a mobilidade intra e

interinstitucional, o compromisso social da instituição, bem como desenvolver e aperfeiçoar os cursos de graduação (MEC, 2009).

O REUNI contribuiu para a progressão de vagas por universidade, entre 2007 e 2013, cujo crescimento médio foi de 89,3%, e das 2.804 obras iniciadas nas 53 IFES, 78% foram concluídas até o ano de 2014, apesar de algumas IFES terem pleiteado o aporte complementar de recursos para cobrir as despesas com contratação (BITTENCOURT; FERREIRA, 2014).

O programa de expansão e reestruturação tem como meta global a elevação progressiva da taxa de conclusão média dentro dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18, onde até o momento essa relação era de 12 alunos por professor. Era esperado que as universidades atingissem as metas estabelecidas ao final de 5 anos, a partir do início de cada plano. As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas, que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

O Ministério da Educação ficou responsável por estabelecer os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta (CORDEIRO, 2020). Para orientar o caminho a ser seguido no sentido de atingir a meta é chegar ao objetivo principal, o decreto definiu as diretrizes do REUNI, que são:

- Redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- Ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- Revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- Ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;
- Articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

O relatório do MEC sobre o primeiro ano de implantação do REUNI, traz as informações sobre a adesão das IFES ao programa de reestruturação e ampliação. Ao final de

2 chamadas, 53 das 54¹ Universidades Federais do país aderiram ao programa, conforme o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - universidades aderentes à primeira e segunda chamadas

Primeira chamada: 29/10/2007 para implantação do programa no 1º semestre 2008	
- Universidade de Brasília - UnB	- Universidade Federal do Piauí - UFPI
- Universidade Federal de Viçosa - UFV	- Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
- Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM	- Universidade Federal do Acre - UFAC
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	- Universidade Federal do Maranhão - UFMA
- Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	- Universidade Federal da Paraíba - UFPB
- Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	- Universidade Federal de Roraima - UFRR
- Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	- Universidade Federal do Pará - UFPA
- Universidade Federal do Paraná - UFPR	- Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
- Universidade Federal de Goiás - UFG	- Universidade Federal Rural do Semi Árido - UFERSA
- Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	- Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
- Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	- Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
- Universidade Federal do Tocantins - UFT	- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
- Universidade Federal de Pelotas - UFPel	- Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA
- Universidade Federal da Bahia - UFBA	- Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ
- Universidade Federal do Ceará - UFC	- Universidade do Rio Grande - FURG
- Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
- Universidade Federal de Lavras - UFLA	- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	- Universidade Federal do Amazonas - UFAM
- Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	- Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
- Universidade Federal de Sergipe - UFS	
- Universidade Federal de Rondônia - UNIR	
- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA	
- Universidade Federal Fluminense - UFF	
Segunda chamada: 17/12/2007 para implantação do programa no 2º semestre de 2008:	

¹ A Universidade Federal do ABC (UFABC), criada em 2005, foi a única que não participou do programa por já adotar as inovações pedagógicas preconizadas pelo Reuni.

- Universidade Federal de Alagoas - UFAL	- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM
- Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	- Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL
- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	- Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI
- Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR
- Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	- Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF
- Universidade Federal de Uberlândia - UFU	

Fonte: elaboração própria

As ações executadas através do programa contribuíram para ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil. As medidas como ampliação dos espaços físicos de universidades já existentes, criação de novos campi e novos cursos proporcionaram um significativo aumento das vagas oferecidas pelas IFES brasileiras. Além da ampliação de vagas, essas ações também possibilitaram a descentralização e a interiorização das universidades, permitindo que a presença das universidades não se limite apenas aos grandes centros.

3. Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado o método de pesquisa quantitativa, utilizando-se da estatística descritiva. A estatística descritiva envolve a organização, resumo e representação dos dados. As ferramentas utilizadas para isso são as bem conhecidas tabelas de frequência; gráficos; cálculo de medidas de tendência central como média, mediana e moda; e cálculo de medidas de variação como variância e desvio padrão (ESTATÍSTICA, 2016).

Esse método é utilizado para pesquisas com problemas bem definidos e controlados (informações, teorias, qualidades), e permite um entendimento preciso do fenômeno observado (SILVA; SIMON, 2005; SILVA; LOPES; JUNIOR, 2014).

Para atender aos objetivos propostos, foi feita uma pesquisa documental, descrita por Gil (2002) como uma operação para apurar materiais puros ainda não postos em análises e que podem se moldar aos interesses dos(as) pesquisadores(as), e analisou-se dados secundários referentes ao período de 2001 a 2020 advindos do Censo da Educação Superior extraídos do site² do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e dados como número de campi e suas respectivas datas de inauguração foram

²

<<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>
 >

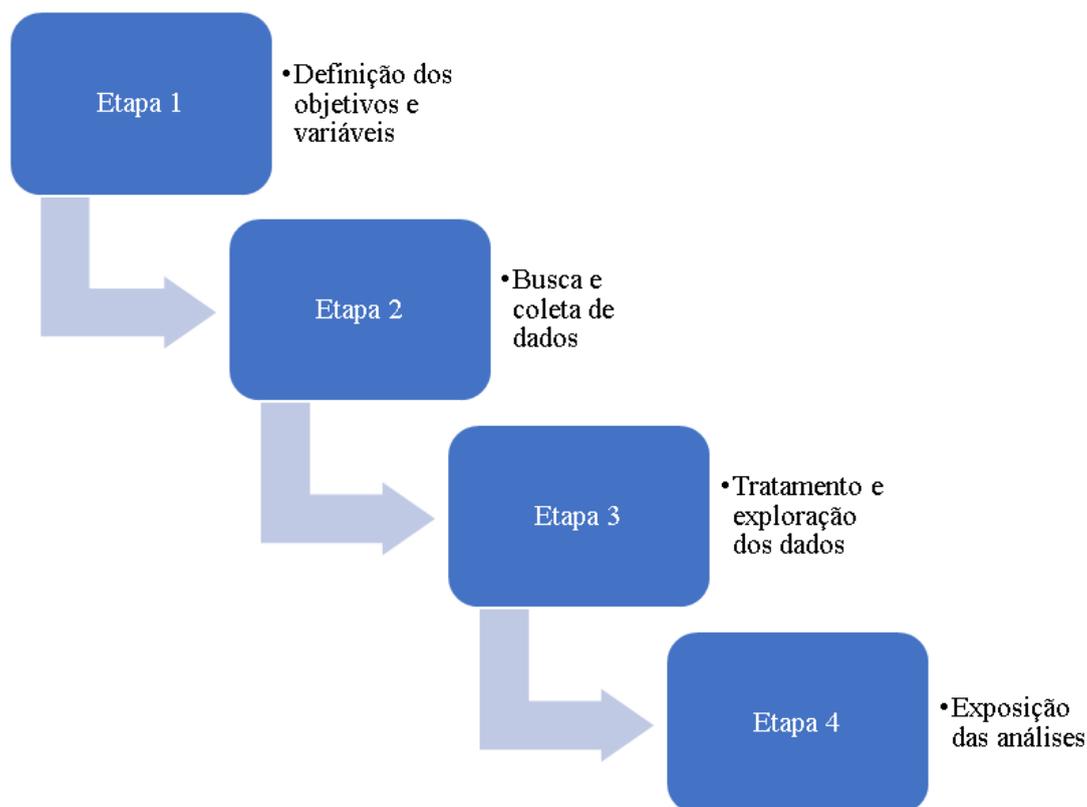
obtidos nos sites das próprias universidades analisadas

.A região onde fica concentrada as ifes analisadas é marcada por cidades onde o café é uma das principais atividades econômicas, a maioria dessas cidades tem a característica de seu perímetro rural ser maior que o perímetro urbano. Essa região é marcada pela presença de algumas instituições privadas de ensino superior presencial e também por uma grande quantidade de polos de educação a distância. Além do café, essas cidades têm a sua economia movimentada pelo comércio e algumas ainda têm o turismo como fonte de geração de emprego e renda.

As universidades analisadas se caracterizam pela diversidade de cursos, a UFLA fundada em 1908, e federalizada em 1963, tem grande parte dos seus cursos voltados para a área das Ciências Agrárias. A UNIFAL, fundada em 1914 como a Escola de Odontologia e Farmácia de Alfenas, por sua vez tem grande parte dos seus cursos voltados para área da saúde, mas não deixando de lado outras áreas como as ciências sociais aplicadas. A UNFEI fundada em 1913 com o nome de Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá e federalizada em 1956, é uma universidade cujo suas áreas de atuação estão voltadas para as engenharias, conhecida em sua fundação como Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá, sua criação foi para a formação de engenheiros mecânicos e eletricitistas, onde o ensino fosse voltado para a realidade prática.

Essas informações referem-se especificamente ao número de Campi, uma vez que não estavam disponíveis no Censo da Educação. Os dados foram devidamente tratados dentro do *Software Microsoft Excel* e foram observadas as seguintes variáveis: vagas ofertadas; vagas preenchidas; número de cursos; número de campi; corpo docente e técnicos(as) administrativos. A observação temporal anual dos números referentes às variáveis observadas possibilitou a inferência de mudanças no cenário das IFES, mudanças essas discutidas no tópico subsequente. Por fim, a Figura 1 apresenta uma síntese do percurso metodológico traçado:

Figura 1 - percurso metodológico traçado



Fonte: elaboração própria

Por fim, salienta-se que durante o processo de coleta de dados, evidenciou-se a falta de dados referentes aos anos de 2002, 2015 e 2016. O documento referente ao ano de 2002 não contém as informações necessárias para as análises, já nos anos de 2015 e 2016 os documentos retirados dos site do INEP encontram-se com status de corrompidos, impossibilitando que os dados necessários sejam coletados e incorporados à análise.

4. Resultados e discussão

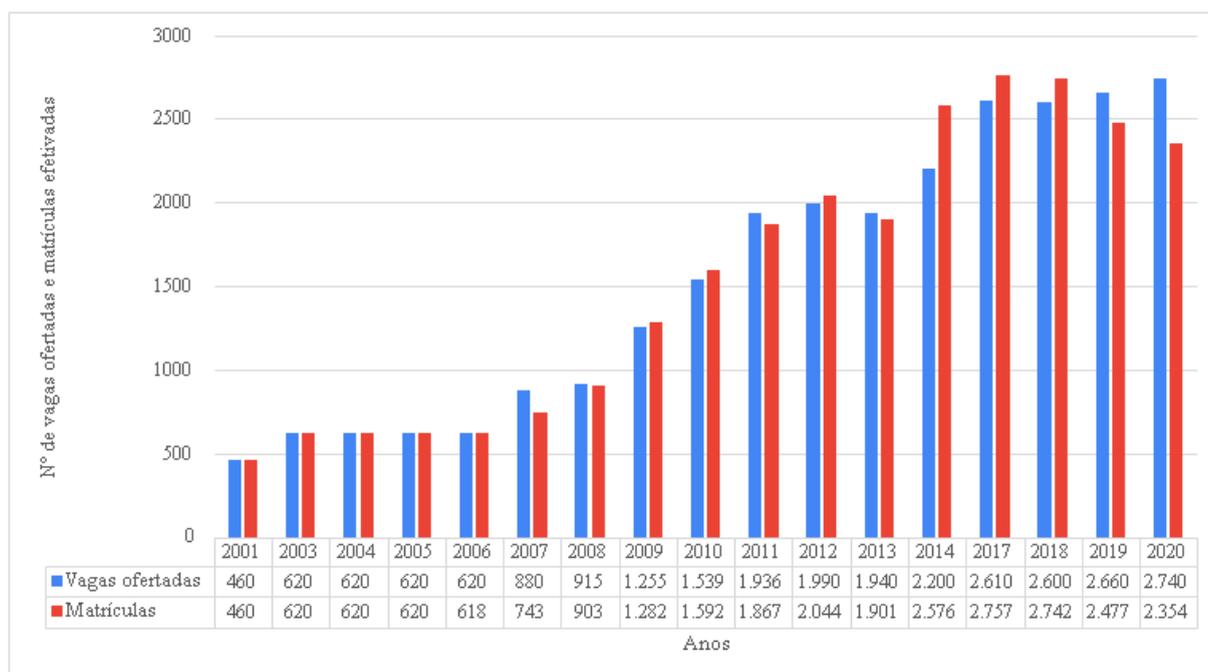
A partir da coleta e tabulação dos dados foi possível identificar as mudanças ocorridas, utilizando-se para isso, as variáveis: Vagas ofertadas; Vagas preenchidas; Número de cursos de Graduação; Número de campi; Quantidade de docentes e técnicos(as) administrativos. Esses dados, referentes aos anos de 2001, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2010, 2013, 2014, 2017, 2018, 2019, 2020 serão explicitados a seguir:

4.1 Vagas ofertadas e vagas preenchidas

Os Gráficos 1, 2 e 3 evidenciam a relação entre vagas ofertadas e vagas preenchidas nas três instituições analisadas, sendo o Gráfico 1 referente às informações da Universidade Federal de Lavras - UFLA, Gráfico 2 informações da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL- MG e o Gráfico 3 das informações da Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI.

Começando a análise pela Universidade Federal de Lavras, observa-se um aumento do número de vagas ofertadas e de vagas preenchidas (matrículas) do ano de 2001 para o ano de 2003. Segundo os dados do MEC (2012), no período de 2003 a 2007 ocorreu a primeira fase dos programas de expansão do ensino público superior denominado Expansão 1, fase que integrou o Plano Nacional de Educação- PNE (2001- 2010). O ano de 2007 (ano inicial do REUNI) também é marcado por um aumento expressivo do número de vagas ofertadas e vagas preenchidas, que perdurou até 2012.

Gráfico 1 - Número de vagas ofertadas e vagas preenchidas (matrículas) de 2001 até 2020 (UFLA)

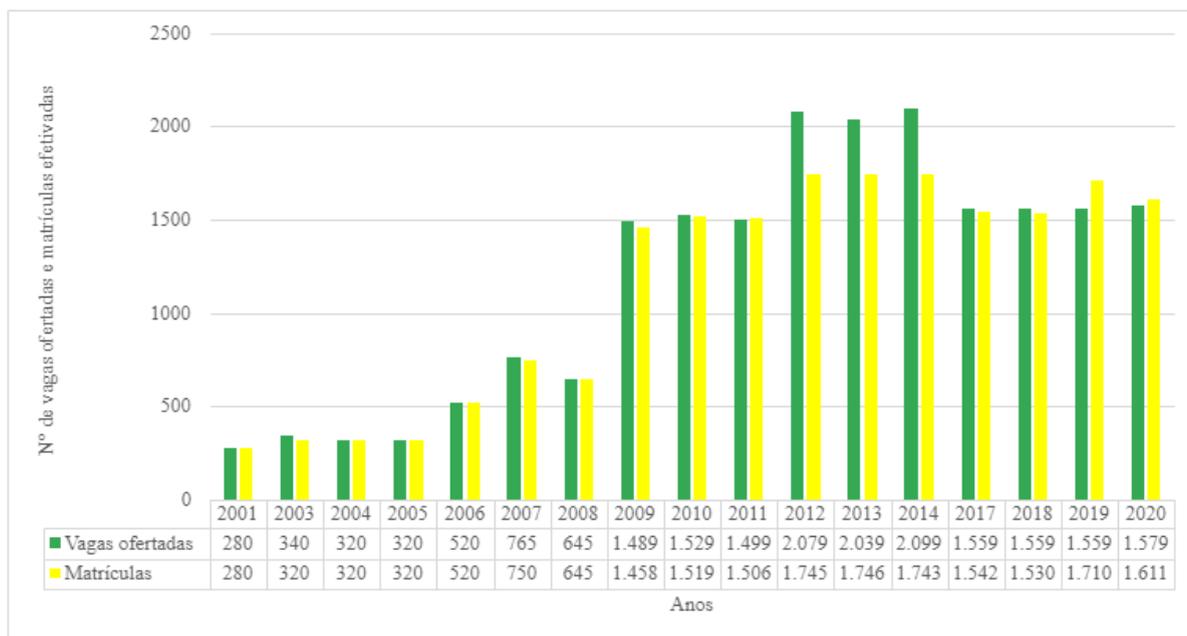


Fonte: elaboração própria

Esses anos, respectivamente, podem ser relacionados com o crescente aumento do número de vagas e sucessivamente à primeira queda que acontece logo após a vigência oficial do programa. Depois de uma queda no número de vagas ofertadas e vagas preenchidas em 2013, os números voltam a subir em 2014, ano que a universidade anuncia, os novos cursos de Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Engenharia Química e Engenharia Mecânica. O contínuo crescimento dos números nos anos seguintes pode ser justificado pelo fato de que,

segundo Sales et al. (2020), mesmo após o seu término em 2013, os efeitos do REUNI se estenderam pelos anos seguintes. O auge do número de vagas ofertadas se dá no último ano de análise (2020), que considerando todo o período observado, cresceu praticamente em 600%. Todavia, o número de vagas preenchidas desde 2017 a 2020 apresenta sucessivas quedas. No total do período, houve uma diminuição de 17% no número de vagas preenchidas (matrículas).

Gráfico 2 - Número de vagas ofertadas e vagas preenchidas de 2001 até 2020 (UNIFAL- MG)



Fonte: elaboração própria

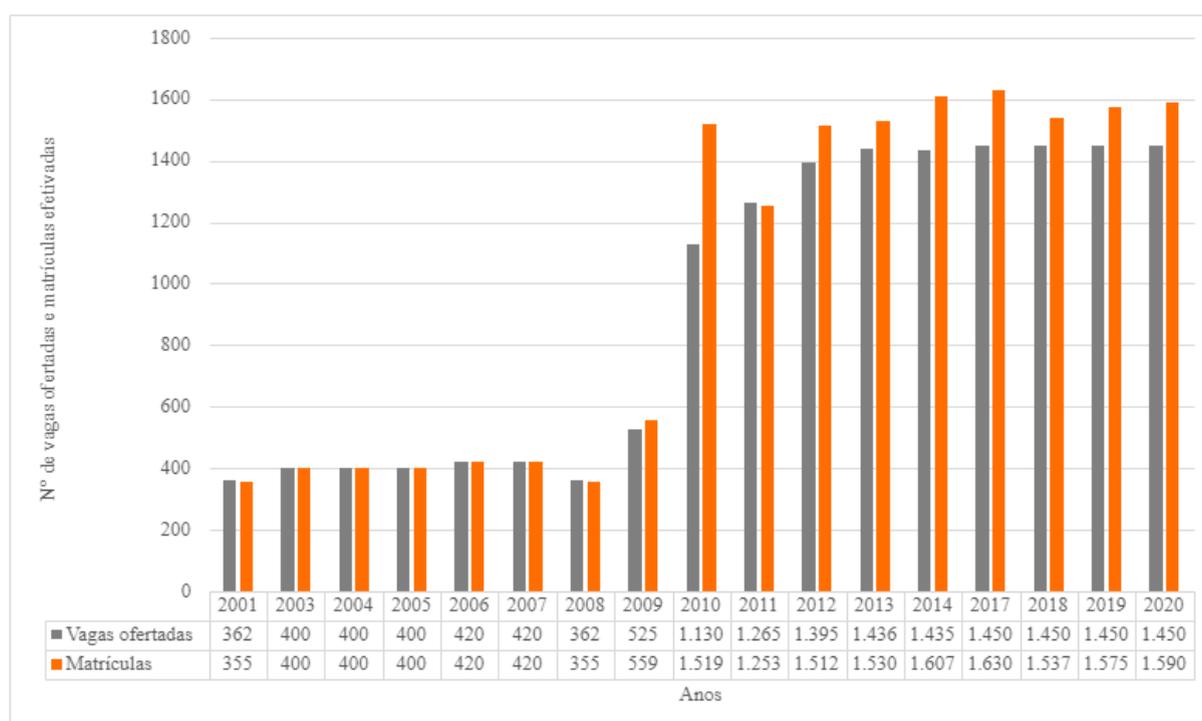
Na UNIFAL, o comportamento dos números relacionados à quantidade de vagas ofertadas e vagas preenchidas é semelhante ao comportamento apresentado pela UFLA. Entre 2001 e 2003 há um aumento no número de vagas ofertadas e vagas preenchidas. Isso pode ser relacionado também à fase de expansão denominada Expansão 1, ocorrida em 2003. No ano de 2006, seguindo as diretrizes do programa de expansão, a universidade criou quatro novos cursos, ampliando então o número de vagas ofertadas e de vagas preenchidas neste período. A partir de 2009 os números apresentam altas quando comparados aos anos anteriores, saltando de 645 vagas ofertadas e 645 vagas preenchidas em 2008, para 1.489 e 1.458 respectivamente em 2009. Neste mesmo ano a UNIFAL-MG inicia a atividade de duas novas unidades acadêmicas, sendo o Departamento de Economia, posteriormente nomeado de Intiuto de Ciências Sociais Aplicadas (Campus Varginha) e o Instituto de Ciência e Tecnologia (Campus Poços de Caldas), o primeiro faz parte da segunda fase do projeto de expansão chamado Expansão II e o segundo faz parte das atividades que compunham as diretrizes do Reuni. Tal

salto corresponde a um aumento em torno de 230%.

Por fim, destaca-se que nos últimos quatro anos analisados, os números se mantiveram, em geral, de forma homogênea.

Durante o período de 2001 a 2009 (exceto 2002)³, a UNIFEI ofertou em média 411 vagas para cursos de graduação presenciais, porém em 2010 o número de vagas ofertadas teve um aumento de 115,23% em relação ao ano anterior. Na variável vagas preenchidas também houve um grande aumento, os números chegaram a ultrapassar 170% quando comparado ao ano anterior. Os anos seguintes até o fim do horizonte temporal seguiram sofrendo pequenos aumentos constantes.

Gráfico 3 - Número de vagas ofertadas e vagas preenchidas de 2001 até 2020 (UNIFEI)



Fonte: elaboração própria

O ano de 2010 está dentro do projeto de vigência do REUNI, cujo objetivo foi expandir e reestruturar as IFES do país, sendo assim o gráfico aponta que a UNIFEI cumpriu um dos objetivos do programa, que era o de ampliação de vagas no ensino público superior.

Por fim, observa-se que, diferentemente do observado na UNIFAL, no tocante a queda nos valores de 2014 para 2017⁴, a UNIFEI não apresentou grandes mudanças nos números desde 2012 até 2020.

³ Durante o processo de coleta de dados nos documentos do Censo da Educação Superior no Brasil notou-se a falta dos dados necessários para que este ano fizesse parte da pesquisa.

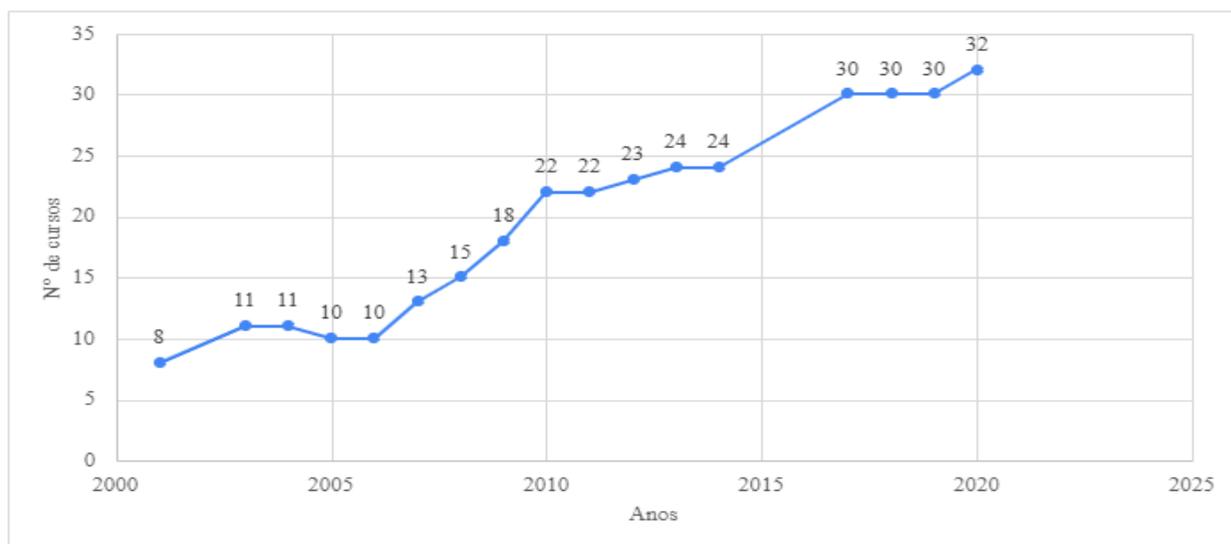
⁴ Considera-se que a indisponibilidade dos dados de 2015 e 2016 comprometem o pleno entendimento do fenômeno.

4.2 Número de cursos

Os gráficos 4, 5 e 6 são referentes ao número de cursos oferecidos dentro do horizonte temporal em cada universidade observada.

A UFLA apresenta um pequeno aumento entre 2001 e 2003 e apresenta uma pequena baixa no ano de 2005, mas é no período seguinte de 2007 a 2020, que ela apresenta um aumento expressivo no número de cursos, saindo de 13 cursos em 2007 para 32 cursos em 2020.

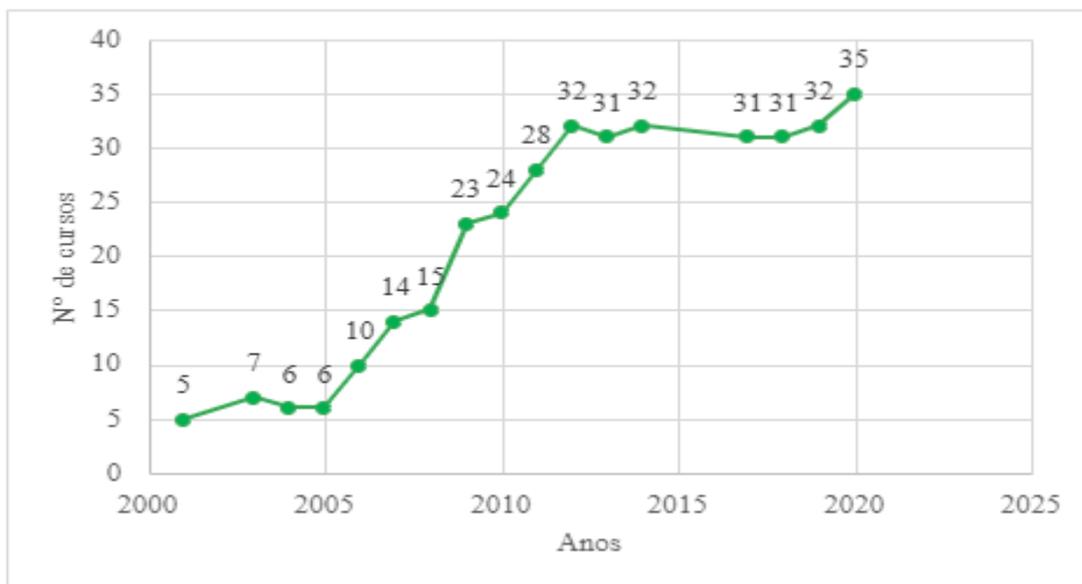
Gráfico 4 - Número de cursos ofertados de 2001 até 2021(UFLA)



Fonte: Elaboração Própria

O gráfico a seguir mostra a relação do número de cursos referentes a UNIFAL, seguindo basicamente o mesmo padrão observado no gráfico anterior, referente a UFLA, mantendo um pequeno aumento entre 2001 e 2005, mas é entre 2007 e 2020 que ocorre a maior expansão do quadro de cursos oferecidos pela universidade.

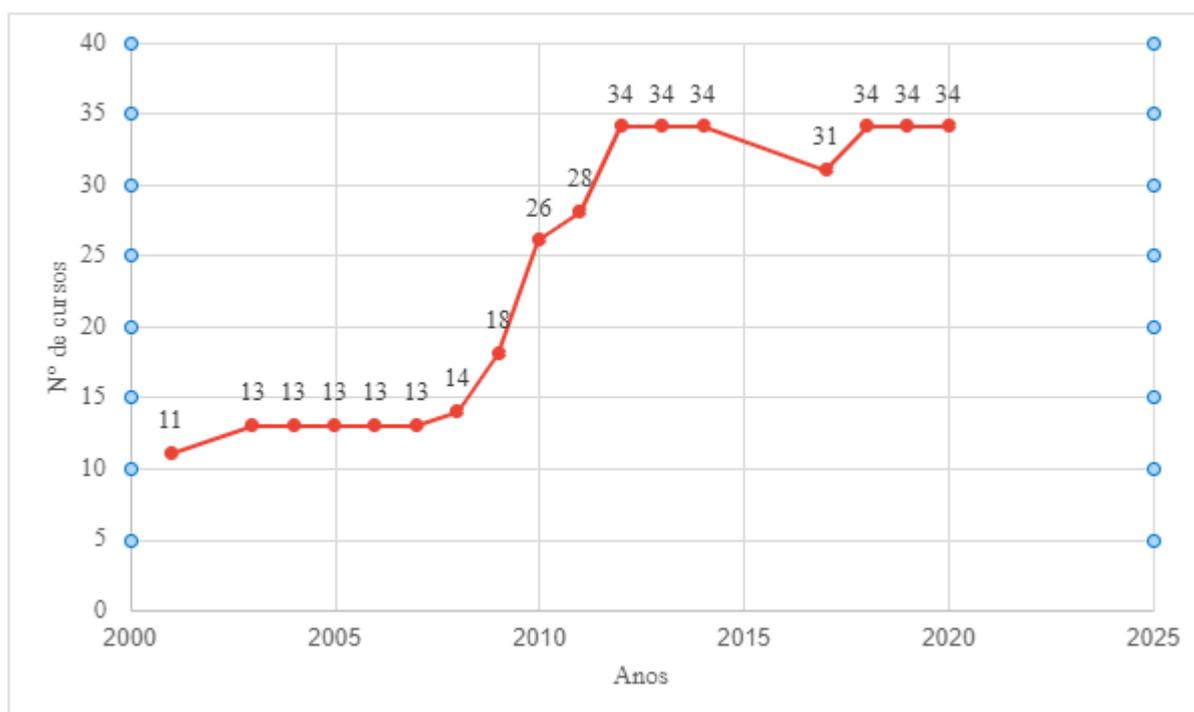
Gráfico 5 - Número de cursos ofertados de 2001 até 2020 (UNIFAL- MG)



Fonte: Elaboração Própria

O gráfico 6 mostra o comportamento da variável número de cursos no âmbito da UNIFEI, apontando a variação entre 2001 a 2020, período utilizado como recorte para o presente estudo. Mais uma vez o padrão se repete, com pequena alta entre 2001 e 2005 e uma crescente considerável no período de 2007 a 2020.

Gráfico 6 - Número de cursos ofertados de 2001 até 2020 (UNIFEI)



Fonte: Elaboração Própria

Observa-se que a UFLA foi a única universidade que apresentou variação positiva após o período de defasagem de dados (2015 e 2016). As demais universidades apresentaram queda no número de cursos após a retomada dos dados.

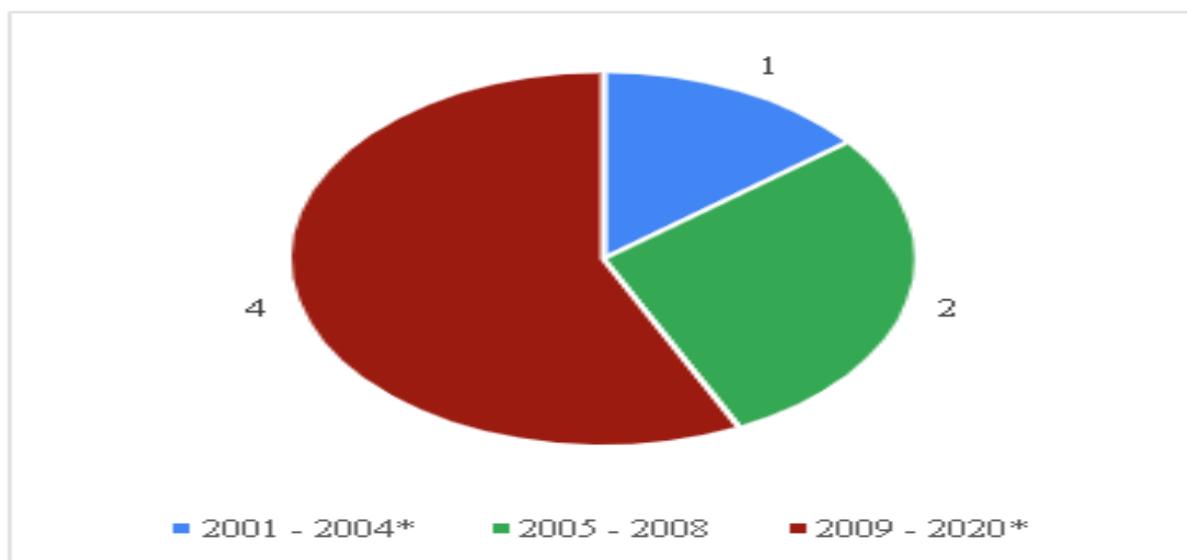
De forma geral, os números crescentes de cursos ofertados condizem com a proposta inicial do REUNI. Correio, Martin e Almeida (2021) ainda destacam o cenário econômico brasileiro favorável entre 2006 e 2008 com a evolução do PIB, como um fator que permitiu a continuidade da expansão quantitativa de vagas, matrículas, cursos noturnos, além de ganhos em relação ao corpo funcional das IFES.

Por fim, destaca-se, ainda, que durante o período observado, o aumento percentual geral de cada instituição se deu em torno de 400% (UFLA), 700% (UNIFAL-MG) e 300% (UNIFEI).

4.3 Número de campi

Os Gráficos 7 e 8 evidenciam a relação entre número de campi existentes nas universidades analisadas durante o período de 2001 a 2020. Inicialmente a UNIFAL permaneceu com uma única unidade no período de 2001 a 2004, sendo esta a sua sede. Já no ano de 2005 o número sobe para 2, ano este que entra em funcionamento a Unidade Santa Clara, e permanece com duas unidades até o ano de 2008. Já em 2009 o número de campi da UNIFAL dobrou, saltando de dois para quatro, ano este que marca o início das atividades das unidades acadêmicas de Poços de Caldas e Varginha, frutos do REUNI.

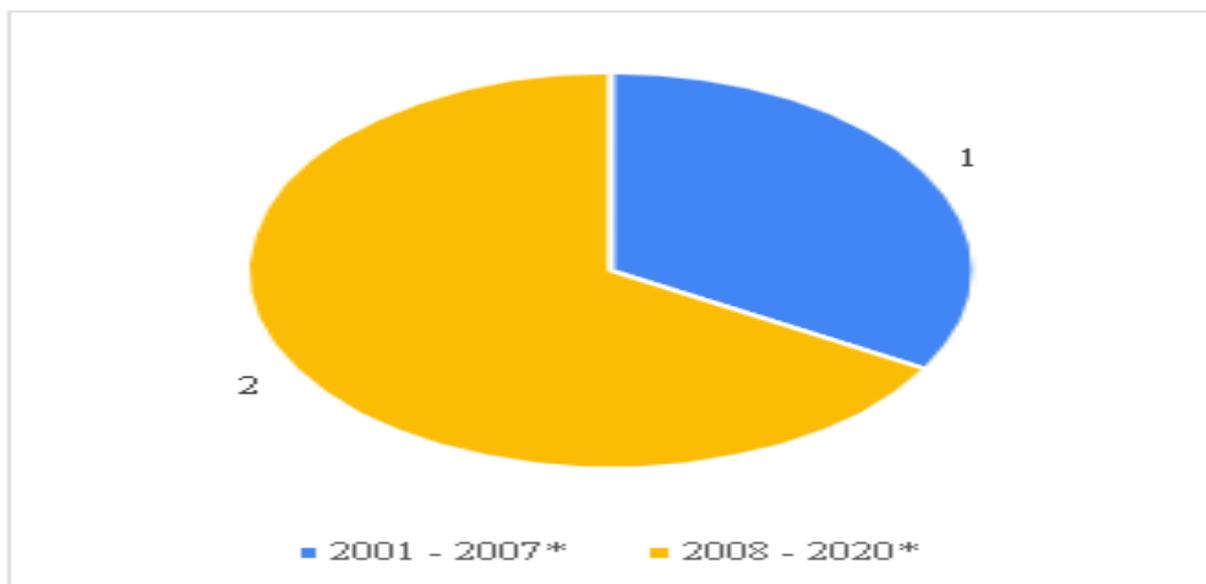
Gráfico 7- Número de campi de 2001 até 2020 (UNIFAL-MG)



Fonte: elaboração própria

Quanto ao movimento referente ao número campi da UNIFEI, a presente universidade permanece com apenas uma unidade acadêmica de 2001 a 2007, tendo sua expansão acontecido somente no ano de 2008, que resulta no campus avançado de Itabirito, que também acontece logo nos primeiros anos do programa de expansão e reestruturação.

Gráfico 8 - Número de campi de 2001 até 2020 (UNIFEI)⁵⁶



Fonte: elaboração própria

Ambas as universidades mantêm-se até 2020 com seus quatro e dois campi, respectivamente.

O aumento no número de campi que ocorreu em ambas as universidades se fez valer também em outras partes do país. Paula e Almeida (2020) destacam o aumento geral no número de campi entre 2003 e 2010 de 85%, que corresponde a um crescimento médio anual de quase 11%.

Por fim, destaca-se que a UFLA, durante todo o período observado, conta com o único campi sediado na cidade de Lavras MG.

4.4 Corpo docente e técnicos(as) administrativos

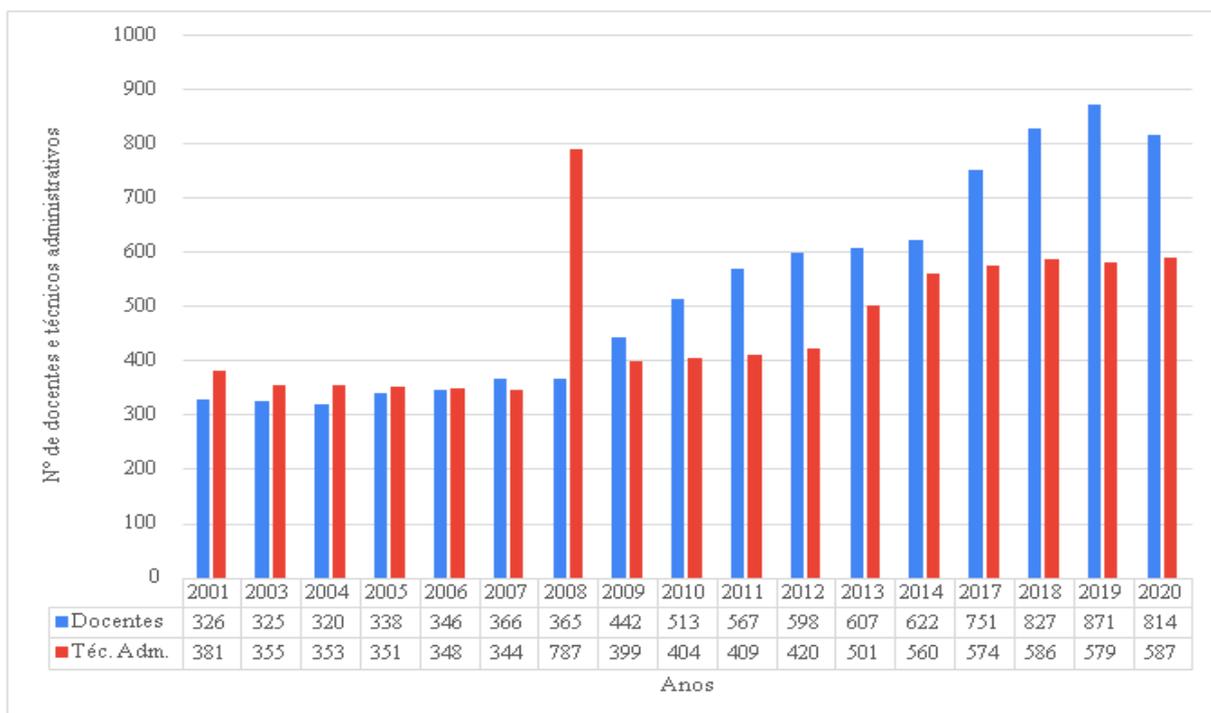
Os Gráficos 9, 10 e 11 evidenciam a relação de docentes e técnicos(as)

⁵ A UFLA permaneceu, durante todo o período observado, com apenas um campi, sendo este sediado em Lavras- MG

⁶ A UFLA permaneceu, durante todo o período observado, com apenas um campi, sendo este sediado em Lavras- MG

administrativos. Em 2001, a UFLA contava com o número de docentes e técnicos(as) administrativos de 326 e 381, sofrendo pequenos acréscimos até o ano de 2007 respectivamente. Em 2008 o número de docentes permanece quase inalterado, mas quando observamos a coluna de técnicos(as) administrativos, percebemos um salto de 344 em 2007 para 787 em 2008⁷. Nos anos seguintes os números continuam a crescer, porém de maneira quase linear em ambas as variáveis. De 2009 até o fim do recorte temporal, o número de docentes se mantém superior ao número de técnicos(as) administrativos, situação essa que inversa nos anos anteriores.

Gráfico 9 - Número de docentes e técnicos(as) administrativos de 2001 até 2020 (UFLA)



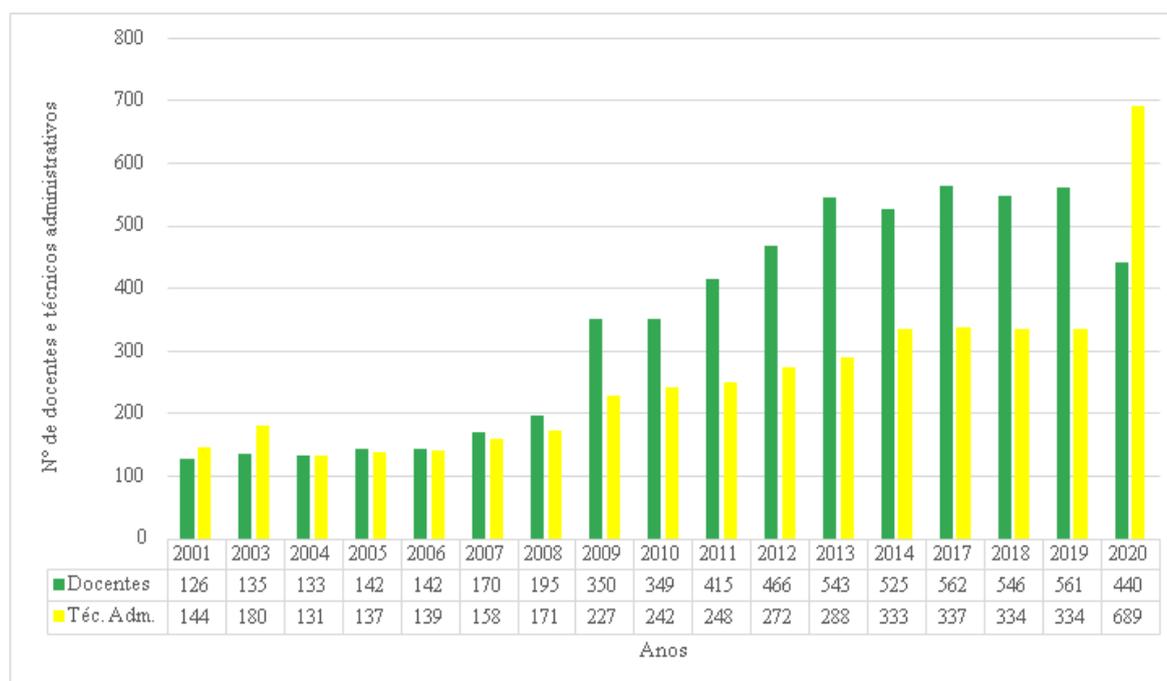
Fonte: elaboração própria

O gráfico 10 trata das variáveis número de docentes e técnicos(as) administrativos no âmbito da UNIFAL-MG, onde ambas as variáveis permanecem estáveis de 2001 a 2008, sofrendo maiores alterações a partir de 2009. A variável docentes é a que mais se destaca nos anos onde as alterações são mais aparentes, com destaque apenas para o ano de 2020, onde o número de técnicos(as) administrativos ultrapassa o número de docentes, saltando de 334 em

⁷ Diante de tal variação acentuada, disponibiliza-se um levantamento que apresenta informações distintas:
<https://ufla.br/aceso-a-informacao/10-institucional/sobre-a-ufla/12848-ufla-em-numeros#:~:text=P%C3%B3s%2DGradua%C3%A7%C3%A3o-,Servidores,-Atendimento%3A%20saiba>

2019 para 689 em 2020.

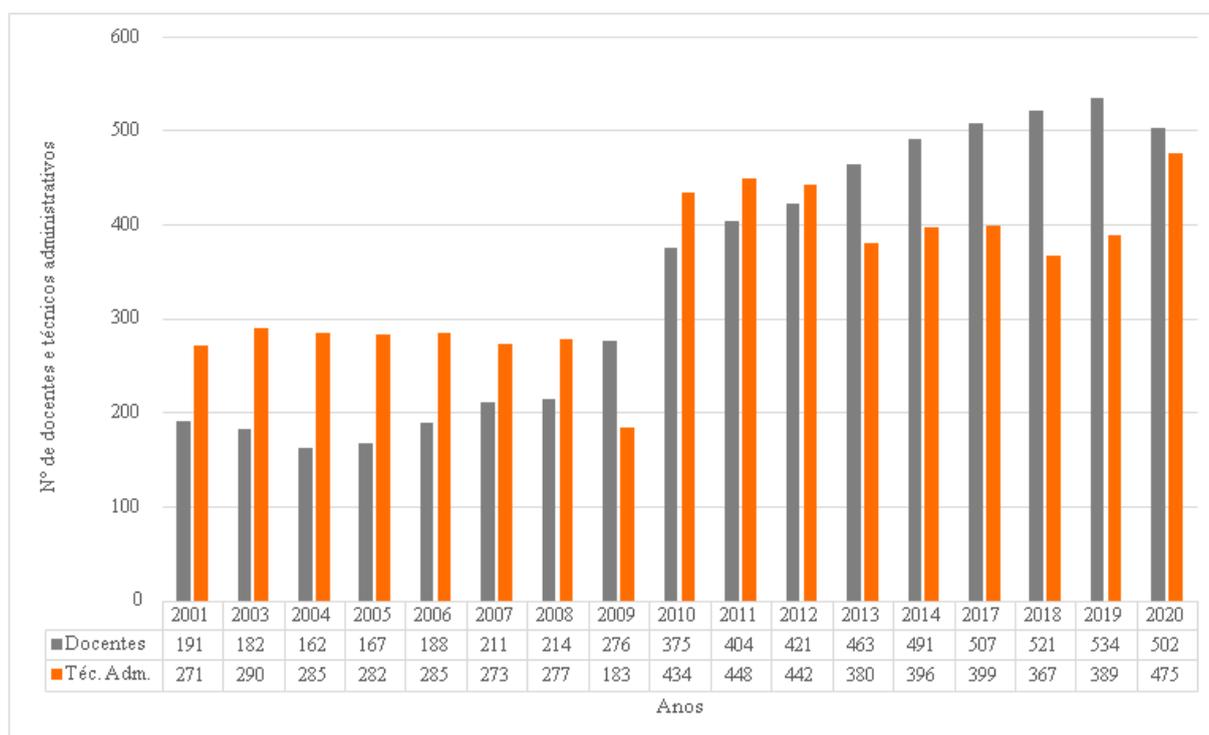
Gráfico 10 - Número de docentes e técnicos(as) administrativos de 2001 até 2020 (UNIFAL-MG)



Fonte: elaboração própria

Fechando a exposição dos dados, o gráfico 11 apresenta as mudanças no quadro de número de docentes e técnicos(as) administrativos da UNIFEI. Durante os anos de 2001 a 2008, os números permanecem em distribuição semelhante, com variações positivas principalmente no número de docentes.

Gráfico 11 - Número de docentes e técnicos(as) administrativos de 2001 a 2020 (UNIFEI)



Fonte: elaboração própria

O ano de 2010 é marcado por um aumento geral das variáveis, saltando de 276 docentes em 2009, para 375 em 2010 e de 183 para 434 em relação aos técnicos(as) administrativos na mesma comparação e seguem com pequenos acréscimos até o ano de 2020, sendo este o último ano do recorte temporal.

Entende-se que o aumento do número de docentes e técnicos(as) administrativos é interdependente aos próprios objetivos do REUNI, tendo em vista que segundo Paula e Almeida (2020) “a expansão das IFES, com a criação e a ampliação de cursos e vagas, elevou as matrículas e a demanda pela reestruturação da estrutura física imobilizada e de pessoal” (p. 1067).

5. Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar o impacto do REUNI no acesso ao ensino superior e sua reestruturação, nas Universidades Federais do Sul de Minas Gerais, especificamente a Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) e a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), no período de 2001 a 2020, para vislumbrar o cenário das IFES antes, durante e depois da política pública. Com a utilização de métodos quantitativos, e uma pesquisa documental, com dados coletados no Censo da Educação Superior foram observadas as variáveis vagas ofertadas; vagas preenchidas

(matrículas); número de cursos; número de campi; corpo docente e técnicos(as) administrativos. Através da utilização da estatística descritiva foi possível a organização, resumo e representação dos dados, estes dados foram apresentados em gráficos e descrições.

A literatura estudada pontua que o REUNI foi um fator determinante na expansão do ensino superior, o que contribui para o processo de democratização do ensino no país (ZAMBELLO, 2013).

Os resultados da pesquisa identificaram nas vagas ofertadas e vagas preenchidas (matrículas): comportamento homogêneo do número de docentes e técnicos(as) administrativos durante 2001 a 2008; aumentos consideráveis a partir de 2009; na UFLA, diminuição nos últimos quatro anos de 17% no número de vagas preenchidas (matrículas); na UNIFAL, o auge acontece em 2014 com 2099 vagas ofertadas e 1743 vagas preenchidas (matrículas); na UNIFEI, comportamento homogêneo desde 2012 até 2020.

Em relação ao número de cursos: aumento geral durante o período; UFLA como a única universidade que apresentou variação positiva após o período de defasagem de dados (2015 e 2016); possível fenômeno favorável à ampliação como sendo o cenário econômico positivo de 2006 e 2008 (CORREIO; MARTIN; ALMEIDA, 2021).

Sobre o número de campi: aumento no número na UNIFAL e UNIFEI; aumento geral no número de campi no país entre 2003 e 2010 de 85% (PAULA; ALMEIDA, 2020).

Por fim, o corpo docente e técnicos(as) administrativos: na UFLA, aumento geral no número de docentes, com auge em 2019 e variação chamativa do número de técnicos(as) administrativos entre 2007 e 2009; na UNIFAL, aumento geral no número de técnicos(as) administrativos e aumento geral no número de docentes, com queda considerável no último ano observado; na UNIFEI, variação do número de técnicos(as) administrativos durante o período observado, porém com auge em 2020 e aumento geral de docentes após 2008, com queda no último ano observado; aumento interdependente aos próprios objetivos do Reuni; elevou a demanda pelo aumento da infraestrutura e de pessoal (PAULA; ALMEIDA, 2020).

Majoritariamente, percebe-se a influência do REUNI na expansão e democratização do ensino superior no Brasil. As análises corroboram com a literatura estudada, e indica, durante 2001 a 2020, com base nos gráficos ascendentes, que assim como os avanços gerais no país, as três universidades situadas no sul de Minas Gerais também foram beneficiadas pela política pública em todas as variáveis observadas.

O Reuni também foi responsável pela interiorização do ensino superior no território brasileiro, o programa foi responsável por levar unidades acadêmicas para regiões antes carentes de educação superior, mas um fato importante a ser observado é onde essa

interiorização aconteceu, as universidades chegaram em todos os lugares onde havia demanda? Quando observamos o mapa das universidades federais no Brasil percebemos uma grande concentração das mesmas nas regiões Sul e Sudeste do país, mas quando olhamos para outras regiões, principalmente para a região norte, podemos notar que a cobertura do ensino público superior ainda é bastante defasada nessa região.

Mas para além dessa interiorização é importante também que haja políticas públicas permanentes de apoio à permanência desses jovens dentro das universidades, pois sem o apoio à permanência, os números relacionados à evasão se mantêm altos, e como consequência uma baixa no número de concluintes nos cursos de graduação.

Em números reais sobre o Reuni, destaca-se que o crescimento de 91.655 vagas no período de 2007 a 2011, passando de 139.875 vagas em 2007 para 231.530 em 2011 (BRASIL,2012).

No período de implementação do Reuni, houve um grande salto no número de docentes efetivos com a autorização de 21.786 novas vagas docentes e a redução de 64% de docentes substitutos, movimento que pode ser compreendido como uma estratégia para qualificar o ensino na educação superior, (BRASIL 2012, p. 16).

Outra questão importante a ser tratada nessas considerações finais é questão do perfil dos alunos ensino superior público brasileiro, antes marcado por uma elitização onde grande parte dos seus ingressos eram pertencentes às camadas economicamente privilegiadas, vêm tendo constantes mudanças nos últimos dez anos, onde nesse cenário já existem instituições onde mais de 50% dos seus ingressantes vêm de escolas públicas.

O estudo contribui para o campo da administração pública e das políticas públicas expondo dados importantes para a validação e essencialidade da expansão do ensino superior, e ainda, devido a todas as variáveis (exceto número de cursos) apresentarem quedas nos últimos anos, salienta-se a necessidade da continuidade de programas como o REUNI para manter a expansão e qualidade do ensino superior no Brasil, visto os recentes cortes orçamentários, que segundo Freitas e Cornélio (2021), “recolocam a possibilidade da negação ao direito à educação para alguns grupos sociais” (p. 171).

Por fim, apresenta-se as limitações do estudo: defasagem dos anos de 2002, 2015 e 2016, que comprometem em partes a análise holística do fenômeno; Divergência de informações do Censo da Educação Superior com as informações disponibilizadas pela UFLA referente a variável corpo docente e técnicos(as) administrativos; Corte temporal limitado a 20 anos.

Diante disso, recomenda-se para estudos futuros, a busca pelos dados referentes aos

anos defasados, a devida checagem da divergência das informações de corpo docente e técnicos(as) administrativos da UFLA e também a possibilidade de estudos com o corte temporal ainda mais amplo.

6- Referências bibliográficas

ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra. As marcas de cor/raça no ensino médio e seus efeitos na educação superior brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021.

BARRETO, P. C. da S. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 39-64, 2015.

BITTENCOURT, M. F. N.; FERREIRA, P. A. As obras na implementação de políticas públicas: o caso do Reuni. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 38., Rio de Janeiro, 2014. **Anais[...]**. Rio de Janeiro: Anpad, 2011. p. 1-16.

BRANCO, U. V. C. Ensino superior público e privado na Paraíba nos últimos 15 anos: reflexões sobre o acesso, a permanência e a conclusão. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 25, p. 52-72, 2020.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

BRASIL. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008: **relatório de primeiro ano**. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012.

CHARÃO, C. “O longo combate às desigualdades raciais”. *Desenvolvimento*, v. 8, n. 70, p. 22-31, 2011.

CORDEIRO, H. C. **Programa REUNI e seus impactos nas IES brasileiras**. 2020.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. 2003.

ESTATÍSTICA, A. S. **A diferença entre estatística descritiva e inferencial deve estar sempre em sua mente**, 2016. Disponível em: <<https://posgraduando.com/diferenca-entre-estatistica-descritiva-e-inferencial/>>. Acesso em 29 de Agosto de 2022.

FACHIN, O. Fundamentos de metodologias. **Saraiva Educação SA**, 2001.

FREITAS, M. S.; CORNÉLIO, B. G. " Nós estamos aqui!": Uma análise das reações negras, indígenas e populares aos cortes orçamentários nas universidades públicas através de cartazes de protesto. **Confluente. Rivista di Studi Iberoamericani**, v. 13, n. 1, 2021.

FREITAS, Antônio Alberto Silva; DA SILVA FERREIRA, Maurício. As desigualdades de

acesso à Educação Superior:: os estudantes da Universidade Católica do Salvador (UCSal), comparativamente com o Nordeste e o Brasil. **Revista de Educação ANEC**, v. 43, n. 156, p. 87-109, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. [S. l.]: Atlas, 2002. 176 p.

GISI, M. L. A Educação Superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006.

HADDAD, S.; GRACIANO, M. Educação: direito universal ou mercado em expansão. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 3, p. 67-77, 2004.

KNECHTEL, M. do R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014

MARGINSON, S. Higher education, economic inequality and social mobility: implications for emerging East Asia. **International Journal of Educational Development**, n. 2016, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. INEP. **Resumo técnico do Senso da Educação Superior 2019**. Disponível em <http://<http://https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultadosr>>. Acesso em: 07 Junho 2021.

MORENO, A. C. No ritmo atual, Brasil só baterá a meta de matrículas de jovens na universidade em 2037. **G1. Educação**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/08/10/no-ritmo-atual-brasil-so-batera-a-meta-de-matriculas-de-jovens-na-universidade-em-2037.ghtml>>. Acesso em: 29 de Agosto de 2022.

NEVES, C. E. B. Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão. In: **Trabalho apresentado no Congresso da LASA** (Associação de Estudos Latino Americanos), São Francisco, Califórnia. 2012.

OLIVEIRA, R. P. M. de. **Impactos do REUNI na evasão da UnB**. 2018.

PAIXÃO, M.; ROSSETTO, I.; MONTOVANELE, F.; CARVANO, L. M. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2009-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PAULA, C. H. de; ALMEIDA, F. M. de. O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, p. 1054-1075, 2020.

PAULA, C. H. de; MARTIN, D. G.; ALMEIDA, F. M. de. Análise orçamentária e financeira das universidades após o reuni. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 20, n. 2, 2021.

PITOMBEIRA, D. F.; OLIVEIRA, L. C. de. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. **Ciência & saúde coletiva**, v. 25, p. 1699-1708, 2020.

ROTA JÚNIOR, C. Educação e mobilidade social: um estudo sobre a legislação educacional brasileira. **Educação, Sociedade & Culturas**, p. 169–184, 2013.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póesis pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 5, 2010.

SILVA, D. da; LOPES, E. L.; JUNIOR, S. S. B. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 5, n. 1, p. 01-18, 2014.

SILVA, D. da; SIMON, F. O. Abordagem quantitativa de análise de dados de pesquisa: construção e validação de escala de atitude. **Cadernos Ceru**, v. 16, p. 11-27, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Retrospectiva 2012: os fatos que marcaram a UFLA durante o ano – 1º quadrimestre. DCOM UFLA, [S. l.], p. 1, 28 dez. 2012. Disponível em:
<<https://www.ufla.br/dcom/2012/12/28/retrospectiva-2012-os-fatos-que-marcaram-a-ufla-durante-o-ano-1o-quadrimestre/>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-vista**, 2010.

ZAMBELLO, A. V.. Universidades federais brasileiras e o impacto regional do REUNI. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 3, n. 2, p. 246-267, 2013